



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

**11875-Reclamação Pré-processual (PROCEDIMENTOS PRÉ-PROCESSUAIS DE
RESOLUÇÃO CONSENSUAL)**

0043355-24.2014.8.17.0001



Assuntos: Acidente de Trânsito > DPVAT

Tramitação Preferencial 1

☐ SIM
☒ NÃO

Tramitação Preferencial 2

☐ SIM
☒ NÃO

Gratuidade Judiciária

☐ SIM CF, Art. 5º
☐ NÃO Inciso LXXIV

PROCESSO DO 1º GRAU

Nº do Processo
0043355-24.2014.8.17.0001

Volume Apenso

Data Autuação
02/05/2014 18:13

DISTRIBUIÇÃO

Data: 16/06/2014 15:21
Classe originária:

Tipo: Distribuição - Sorteio Automático

ÓRGÃO JULGADOR

Comarca: Recife
Vara: Central de Conciliação Mediação e Arbitragem da Capital

PARTES

Autor : Jose Alexandre da Conceicao
Adv : Diego Medeiros Papariello
Réu : SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SEÇÃO DE MUTIRÕES DE CONCILIAÇÃO DA CAPITAL

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

48090
Autor(a): José Alexandre da Cordeira
inscrito no CPF: 099.441.524 - 48, vem solicitar com respaldo
no Art. N° 1 da Instrução Normativa nº 8 do TJPE de 28.08.2013, publicada
em: 30.08.2013, edição 160/2013, que os presentes autos que versam
sobre Indenização de DPVAT, sejam remetidos imediatamente à Seção
Seção Especializada de Mutirões de Conciliação a Capital, antes da
distribuição para alguma das Varas Cíveis, para que o feito possa ser
inserido em pauta de Mutirões de acordo com o cronograma anual da Seção.

Recife, 17 de maio de 2013.

"DE ACORDO":

[Assinatura]
Autor(a)



Sena & Papariello
ATTORNEYS AT LAW

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PERNAMBUCO.

JOSÉ ALEXANDRE DA CONCEIÇÃO, brasileiro, solteiro, servente de pedreiro, portador da cédula de identidade nº 8.654.561 SDS/PE e inscrito no CPF/MF sob o nº 098.492.524-48, domiciliado no Córrego da Prata, nº 515-A, Caetés II, Abreu e Lima – PE, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., por intermédio de seus advogados *in fine* assinados, procuração anexa (doc.1), para propor, com fulcro no artigo 3º da Lei 6.194/74 e demais disposições aplicáveis à matéria presente.

ACÃO DE RITO SUMÁRIO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT.

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço para notificações na Avenida Sport Clube do Recife, nº 280 – 5º andar, sala 507 – Ilha do Leite - Recife – PE, CNPJ – 09248608/0001-04, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

DA JUSTIÇA GRATUITA

O requerente solicita a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, tendo em vista que o mesmo não possui condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família, razão pela qual apresenta sua declaração de insuficiência de recursos (doc.2).

DOS FATOS

O requerente conduzia uma motocicleta nas imediações de Caetés II – Abreu e Lima/PE, em 08/12/2012, quando foi colidido por um veículo sofrendo grave queda sendo socorrido por populares à UPA de Cruz de Rebouças, conforme Boletim de Ocorrência Policial (doc.3).

No referido hospital foi constatado – DEBILIDADE PERMANENTE EM MID – FRATURA NO JOELHO DIREITO – FRATURA DE LIGAMENTO CRUZADO ANTERIOR E COLATERAL DO JOELHO DIREITO, conforme Documentos hospitalares (doc.4).

Entrando-se administrativamente perante a requerida, solicitando o pagamento do seguro obrigatório, que lhe era de direito, e mesmo a seguradora ré ciente da invalidez permanente do requerente este recebeu a quantia de **R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)** conforme programação de pagamento em anexo – (doc.5).

Acontece que, pelas disposições legais, o valor devido do seguro é bem superior ao liberado pela seguradora, razão pela qual o requerente deseja receber o restante do seguro, o que lhe é de direito.

Rua Maria de Jesus Brasileiro de Matos, nº 38, Jardim São Paulo, Recife – PE
Dr. Diego – 8876 5452 / Dr. Bruno – 9648 4978



Sena & Papariello
ADVOGADOS

Vale salientar que a invalidez do requerente já foi atestada pela própria seguradora, vez que reconhecendo a incapacidade adquirida do requerente efetuou apenas parte do pagamento devido, mesmo sabendo que o valor efetivamente devido era bem superior.

DO DIREITO

Em conformidade com o art. 3º da lei nº 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

Art. 2º Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea "I" nestes termos:

"Art. 20...I. Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não."

Art. 4º A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do seguro.

Vale ressaltar que acidentes desta natureza geram uma indenização no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), apenas liberou a quantia de R\$ 2.531, 25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), o que é um absurdo, já que restou o valor de R\$ 6.918,75 (seis mil novecentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos).

Vale ainda salientar que a seguradora ré abusa de sua posição na relação obrigacional e não cumpre com a sua obrigação imposta em lei, tornando a efetivação do direito dos segurados do DPVAT cada vez mais difícil.

Ao descumprir uma obrigação legal, a seguradora ré torna um processo que deveria durar cerca de 30 dias, em um calvário que normalmente se estende por vários anos, fazendo com que pessoas acidentadas e extremamente debilitadas tenham que passar por constrangimentos por falta de dinheiro, já que sem condições de trabalhar e sem o dinheiro do seguro, que lhe é de direito, precisam pedir ajuda a terceiros e até contrair empréstimos a juros altíssimos. Além do constrangimento de ver o seu direito tolhido sem o menor escrúpulo e receber um valor bem inferior ao esperado.

Mais. Há o constrangimento de ter de se locomover diversas vezes para fórum, escritório de advogado, hospitais e perícias que no final das contas se mostram desnecessárias, pois caso a seguradora ré cumprisse com a letra e os objetivos sociais da lei 6.194/74 ao invés de se furtar de



Sena & Papariello
ADVOCADOS

cumprir sua obrigação legal e denegrir a imagem do direito e do próprio seguro DPVAT não afetariam tanto o requerente e os demais segurados.

Atentando ainda para o fato também da prática RECORRENTE e PROPOSITAL da empresa ré em efetuar pagamentos ínfimos em detrimento dos seus segurados para em juízo protelar ao máximo o pagamento ou realizar acordos que diminuam o valor a ser liberado ao segurado em detrimento do ordenamento jurídico brasileiro como um todo, razão pela qual vem a juízo impugnar os percentuais aplicados pela seguradora ré no âmbito do procedimento administrativo do Seguro DPVAT

Vale salientar que a seguradora ré sempre contesta as alegações dos demandantes informando que a quantia já liberada fora paga de acordo com a lesão atestada. No entanto, a simples afirmação não é suficiente, pois a seguradora nunca informa o procedimento realizado para chegar a tal conclusão, podendo-se afirmar que a mesma faz o pagamento de valores sem o menor sentido, razão pela qual vem a juízo impugnar os percentuais aplicados pela seguradora ré no âmbito administrativo do Seguro DPVAT.

Não merecendo prosperar qualquer SIMPLES alegação da seguradora ré de que realizou a liquidação do sinistro corretamente, tentando ludibriar o entendimento de vossa excelência e prejudicar o direito do demandante através de leis e tabelas, a menos que haja a comprovação cabal de que o exposto esteja subsumido ao presente caso.

DA CORREÇÃO MONETÁRIA

É claro que qualquer moeda com o passar do tempo perde valor, de tal modo que uma mesma quantidade de dinheiro em certa ocasião não será suficiente para comprar os mesmos bens em momento posterior, assim, há uma perda real de valor com o passar do tempo.

E é pensando nesse grande detalhe que os tribunais têm decidido que o valor pago a título de indenização por acidentes de trânsito devem ser corrigidos monetariamente da data do acidente, que é o fato gerador apto a tornar a vítima credora e a Seguradora ré devedora do mesmo.

Desta forma, pede-se por ser do mais justo e lícito direito que condene a seguradora ré a pagar ao requerente o valor devido do seguro corrigido monetariamente desde a data do sinistro, ou seja, desde 08/12/2012.

DO PEDIDO

Ante todo o exposto, requer:

- 1) A citação da Requerida no endereço supra citado, para querendo, responder nos termos da presente ação sob pena de revella e confissão.
- 2) Que seja julgado procedente o pedido, condenando a requerida ao Pagamento do Seguro Obrigatório - DPVAT, conforme determinado em lei, no valor de R\$ 6.918,75 (seis mil novecentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos).



Sena & Papariello
ADVOCADOS

3) Que caso vossa excelência julgue necessária a realização de perícia médica, converta o presente Rito Sumário em Rito Ordinário e oficie o Instituto Médico Legal para proceder a devida perícia legal no requerente para avaliar o grau de debilidade e, conseqüentemente, provar o errôneo pagamento realizado pela Seguradora ré em sede administrativa.

4) A parte autora solicita, expressamente, no presente estágio processual, o Dr. Diego Medeiros Papariello, inscrito na OAB/PE sob o nº 29.143, como sendo aquele incumbido de receber as Intimações dos ulteriores atos processuais, seja por meio do Diário da Justiça ou por carta. Desde já sito a Rua Maria de Jesus Brasileiro de Matos, nº38, Jardim São Paulo, Recife – PE como endereço para receber as intimações, notificações e demais atos processuais.

5) Aplicação de juros moratórios de 1% ao mês a partir da data do pagamento do seguro, com a condenação em honorários advocatícios em 20% do valor da causa.

6) Seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, por ser o requerente pessoa pobre nos termos da Lei nº 1060/50.

DAS PROVAS

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.

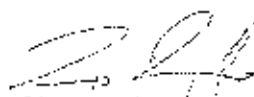
Dá-se a causa o valor de R\$ 6.918,75 (seis mil novecentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos) mais correção monetária do datado acidente (08/12/2012) e os juros moratórios a serem calculados a partir da citação válida.

Termos em que,

Pede deferimento.

Recife, 25 de abril de 2014.

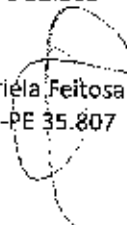
Bruno de Araújo Sena
OAB-PE 28.063



Diego Medeiros Papariello
OAB-PE 29.143

Camilla Almeida L. Tavares
OAB-PE 32.262

Bruna R. G. S. Pires
OAB-PE 33.336



Talita Gabriela Feitosa de Souza
OAB-PE 35.807

TONNY

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: José Alexandre da Conceição

RG 8.654.561 **CPF** 098.491.524-48

PROFISSÃO Servente de Arquivo

ESTADOCIVIL Solteiro **ENDEREÇO** R. da Paraíba,

nº 515-A, Abreu e Lima - PE. CEP: 53520-100

OUTORGADOS: **BRUNO DE ARAÚJO SENA**, brasileiro, advogado, solteiro, inscrito na OAB/PE 28.063-D e **DIEGO MEDEIROS PAPARIELLO**, brasileiro, advogado, solteiro, inscrito na OAB/PE – 29.143-D ambos com endereço profissional na Av. São Paulo, 123, sl.103, Jardim São Paulo, Recife-PE.

PODERES: Para o foro em geral, com cláusula *"ad judícia"*, para defender os interesses e direitos do outorgante, e ações e processos de qualquer natureza, até o final da decisão como autor, réu, assistente ou oponente, perante qualquer juízo, instância ou Tribunal, repartições, órgãos ou autarquias Federais, estaduais e Municipais, contra qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, em defesa dos legítimos interesses do outorgante, conferindo-lhe poderes ainda para confessar, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, desistir, renunciar e assinar, interpor recursos necessários, tomar vistas em processos, contestar qualquer ação, receber notificação e intimação, incluindo também os poderes da procuração *"ad negotia"*, a fim de requerer e fazer levantamento de valores creditados em favor do outorgante, através de alvará judicial, RPV ou Precatório, junto às instituições financeiras (CEF, Banco do Brasil S/A e outros), que façam referência aos depósitos judiciais que os outorgados atuou como patrocinador da ação, podendo ainda pedir retenção de honorários advocatícios combinados de acordo com contrato de honorários, sem prejuízo dos honorários sucumbenciais, enfim requerer, assinar e praticar tudo o mais que se fizer necessário para o perfeito desempenho do mandato em conjunto ou separadamente, inclusive substabelecer com ou sem reserva de poderes que lhe são outorgados.

Recife, 17 de maio de 2013

José Alexandre da Conceição



Sena & Papariello
ADVOGADOS

DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS

Eu, José Alexandre da Conceição,
brasileiro(a), portador do RG 8.654.561,
CPF: 098.491.524-48, DECLARO, nos termos das Leis nº 7.115/1983 e 10.689/50,

para os devidos fins, de que sou pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo de condições econômicas para custear as despesas judiciais, sem sacrifício do sustento meu e de minha família.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

Recife, 17 de maio de 2013.

José Alexandre da Conceição
DECLARANTE



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 827ª. CIRCUNSCRIÇÃO - ABREU E LIMA

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 13E0117000484

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 03/02/2012 às 09:10

Número da BO que este complementa: 13E0117000079

ACIDENTE DE TRANSITO COM VITIMA NAO FATAL - Deloso (Consumado) que aconteceu no dia 8/12/2012 às 18:40

Fato ocorrido no endereço: **BAIRRO DE CAETES II (BAIRRO), 1, AVENIDA NILO GOELHO - PROXIMO A FABRICA DE ALGODÃO NATALIA** - Bairro: **CAETES II** - Município: **ABREU E LIMA** - Estado: **PERNAMBUCO** - País: **BRASIL**
Local do Fato: **VIA PUBLICA** - Próximo: **NAO INFORMADO**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:
ELEMENTO DESCONHECIDO (AUTOR / AGENTE)
JERONIMO GOMES BARBOSA (OUTRO)
JOSÉ ALEXANDRE DA CONCEIÇÃO (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): ELEMENTO DESCONHECIDO
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): JOSÉ ALEXANDRE DA CONCEIÇÃO

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

(AUTOR / AGENTE) - ELEMENTO DESCONHECIDO (não presente ao plantão) - Sexo: Masculino
Mãe: NÃO INFORMADO; Pai: NÃO INFORMADO Data de Nascimento: NÃO INFORMADO; Nacionalidade: NÃO INFORMADO / NÃO INFORMADO

Estado Civil: NÃO INFORMADO; Escolaridade: NÃO INFORMADO; Profissão: NÃO INFORMADO; Telefone de Contato: NÃO INFORMADO; Telefone Celular: NÃO INFORMADO
Endereço Residencial: NÃO INFORMADO
Endereço Comercial: NÃO INFORMADO
Dados Comerciais: NÃO INFORMADO

(VITIMA) - JOSÉ ALEXANDRE DA CONCEIÇÃO (presente ao plantão) - Sexo: Masculino
Mãe: MARIA DA CONCEIÇÃO; Pai: NÃO INFORMADO Data de Nascimento: 10/11/1982; Nacionalidade: RESGEE / PERNAMBUCO / BRASIL

Documentos: 8844561804PE (RG), 08848285443 (CPF) Estado Civil: SOLTEIRO(A); Escolaridade: 1º. GRAU INCOMPLETO; Profissão: SERVENTE DE PEDREIRO; Telefone de Contato: NÃO INFORMADO; Telefone Celular: 87057159
Endereço Residencial: BAIRRO DE CAETES II (BAIRRO), 515, RUA CORRÊGO DA PRATA, 55020-030, CAETES II, ABREU E LIMA, PERNAMBUCO, BRASIL
Endereço Comercial: NÃO INFORMADO
Dados Comerciais: NÃO INFORMADO

(OUTRO) - JERONIMO GOMES BARBOSA (não presente ao plantão) - Sexo: Masculino
Mãe: NÃO INFORMADO; Pai: NÃO INFORMADO Data de Nascimento: NÃO INFORMADO; Nacionalidade: NÃO INFORMADO / NÃO INFORMADO

Estado Civil: NÃO INFORMADO; Escolaridade: NÃO INFORMADO; Profissão: NÃO INFORMADO; Telefone de Contato: NÃO INFORMADO; Telefone Celular: NÃO INFORMADO
Endereço Residencial: NÃO INFORMADO
Endereço Comercial: NÃO INFORMADO

Secretaria de Defesa Social :: INFOFOL

Page 2 of 2

Dados Comerciais: **NÃO INFORMADO**

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

VEICULO (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): **ELEMENTO DESCONHECIDO**, que estava em posse do(a) Sr(a): **ELEMENTO DESCONHECIDO**

Categoria/Marca/Modelo: **AUTOMOVEI / GM / CLASSIC** - Objeto apreendido: **NÃO** - Número de Série: **NÃO INFORMADO**
Cor: **BRANCA** - Quantidade: **1 (UNIDADE NÃO INFORMADA)** Valor Unitário: **(MOEDA NÃO INFORMADA)**

Placa: **KGR2714 (PERNAMBUCO / NÃO INFORMADO)**

MOTOCICLETA (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): **IERONIMO GOMES BARBOSA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **JOSÉ ALEXANDRE DA CONCEIÇÃO**

Categoria/Marca/Modelo: **MICROONIBUS / VW / NÃO INFORMADO** - Objeto apreendido: **NÃO** - Número de Série: **NÃO INFORMADO**
Cor: **LARANJA** - Quantidade: **1 (UNIDADE)** - Valor Unitário: **(MOEDA NÃO INFORMADA)**

Placa: **FFJ7069 (PERNAMBUCO / NÃO INFORMADO)** Renavam: **283883003**

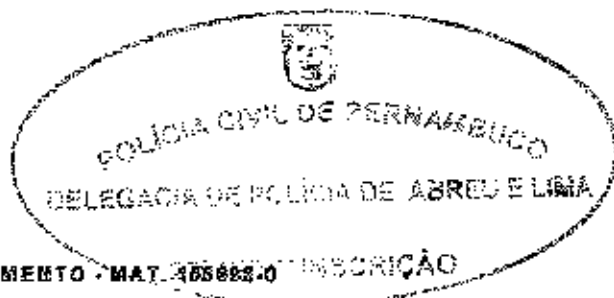
Ano Fabricação/Modelo: **2010 / 2010** Combustível: **GASOLINA**

Complemento / Observação

A VITIMA AFIRMA QUE NO DIA, HORA E LOCAL CITADOS, ESTAVA PROTANDO A MOTOCICLETA ACIMA DESCRITA EM FRENTE A FIRMA QUE O MESMO TRABALHA, QUANDO DE REPENTE UM VEICULO DE PLACAS ACIMA ANOTADAS COLIDIU COM A VITIMA. QUE APÓS O ACIDENTE A VITIMA FOI SOCORRIDA POR POPULARES PARA UPR DE CRUZ DE REVOLÇAS IGARASSU - PE, CASO AFETO A DELEGACIA DE ABREU E LIMA - PE.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

José Alexandre da Conceição
JOSÉ ALEXANDRE DA CONCEIÇÃO
(VITIMA)



B.O. registrado pelo policial: **ANTONIO MERCULES F DO NASCIMENTO - MAT. 455882-0** INSCRIÇÃO

Atendimento: 361994

Data e Hora: 08/12/2012 22:55

Senha da Classificação:

0291

23:37

Paciente: 39134 JOSE ALEXANDRE DA CONCEICAO Sexo: MASCULINO
Data do Nascimento: 18/01/1982 Idade: 30 anos Convenio: 2 SUS - PRONTO ATENDIMENTO
Nome da Mãe: MARIA DA CONCEICAO Nome do Pai:
Estado Civil: SOLTEIRO Nome do Médico: ORTOPEDISTA - PLANTONISTA CRM: 1234567
Endereço: CORREGO DA PRATA -- 515 Bairro: TIMBO
Cidade/UF: ABREU E LIMA PE Cep: 53520100 Usuário Atendimento: ELIUEDES
RG (Identidade): 8654561 SDSPE Data de Emissão:
CPF (Cadastro de Pessoa Física): Fone: 87057159
CRN (Certidão de Registro de Nasc): Data de Emissão CRN:

RESUMO DE TRATAMENTO

Peso: _____ Altura: _____ Temperatura: _____ Hora: _____

Queixa Principal

Dores de muito caráter mecânico, especialmente em
outros movimentos, refere trauma no joelho D.

Exame Físico

edema e hemorragia patológica no joelho D.
instabilidade no joelho posterior.
luxação posterior.
exames preservados.

Hipótese Diagnóstica

Lesão de ligamento cruzado e colateral
posterior.

Conduta Terapêutica

1. Fisioterapia.

Prescrição Médica

Tala fixadora no M.D.
no ambulatório.

Assinatura: Dr. A. B. A. Almeida
Téc. Tratamento Ortopédico
Aux. Enfermagem
CRM: 31817AE

Destino: (X) Encaminhado ao Ambulatório () Residência

Transferido:

Para:

Senha:

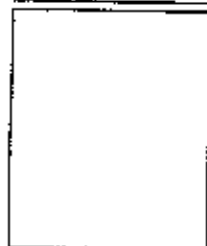
Dr. Gledson Elias
Téc. Tratamento Ortopédico
CRM: 31817AE

Carimbo/Médico

UPA 24 HORAS - IGARASSU

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo UPA IGARASSU - (SUS)

08/12/2012 22:53



Nome Paciente: JOSE ALEXANDRE DA CONCEICAO
Cód. Paciente:
Data de Nascimento: 17/01/1982
Sexo: Masculino
Idade: 30
Senha: 0291
Convênio:
Atendimento:

08/12/2012 22:53 - MARIA AMELIA CALADO - classificação

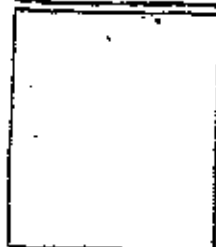
Prioridade: **URGÊNCIA**
Cor: **VERMELHA**
Queixa Principal: DOR EM MID
Observação: ACIDENTE DE MOTO. 92
Fluxograma sintoma: TRAUMA MODERADO
Discriminador(es): - DOR MODERADA (4 - 7/10)
Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA
Alergia(s): -
Sinais Vitais Lidos: -
Recursos Utilizados: -
Intervenções Salva Vida: -
Situações de Alto Risco: -
Alergias Atuais do Paciente
Paciente não possui alergia

Acolhido(a) por: MARIA AMELIA CALADO
Data: 08/12/2012 22:53

UPA 24 HORAS - IGARASSU

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo UPA IGARASSU - (SUS)

08/12/2012 22:53



Nome Paciente: JOSE ALEXANDRE DA CONCEICAO
Cód. Paciente:
Data de Nascimento: 17/01/1982
Sexo: Masculino
Idade: 30
Senha: 0291
Convênio:
Atendimento:

DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR

*1004



08/12/2012 22:53 - MARIA AMELIA CALADO - classificação

Prioridade:

URGÊNCIA

Cor:

Queixa Principal:

DOR EM MID

Observação:

ACIDENTE DE MOTO. 8X

Fluxograma sintoma:

TRAUMA MODERADO

Discriminador(es):

- DOR MODERADA (4 - 7/10)

Especialidade:

ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Alergia(s):

Sinais Vitais Lidos:

Recursos Utilizados:

Intervenções Salva
Vida:

Situações de Alto
Risco:

Alergias Atuais do Paciente

Paciente não possui alergia

SAFE SEG SERVIÇOS

0 6 FEV. 2013

CNPJ: 10.494.659/0001-58
Inscrição Municipal: 402.069-3

EXCELSIOR SEGUROS

0 5 FEV. 2013

SEGURO DPVAT.

Acolhido(a) por: MARIA AMELIA CALADO
Data: 08/12/2012 22:53



SES

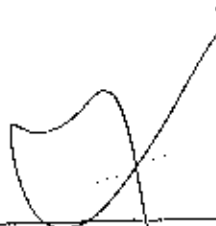
HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS

Pernambuco End. Rua Aprígio Guimarães S/N Tejipió-Recife-PE PABX 31828500

RECEITUÁRIO/REQUISIÇÃO DE EXAMES

Nome: Jore Alexsandro Laranjeira Registro: _____
Clínica: MDJ Procedência: _____

O ponto seria este
e investigar sintomas por
lesão bupha do feto
4) L.E. de L.C.P.
Agudado R.N.H., bupha

Data: 11/01/13
Médico-CRM



CENTRO DIAGNÓSTICO DE PERNAMBUCO

RECEITUÁRIO

Declaro para devido fim que o paciente José Alexandre da Sencção, vítima de acidente de trânsito dia 08/12/2012, foi acometido por fratura do mo joelho D com lesão ligamentar (L.C.A), passível por tratamento conservador (imobilização). O paciente evoluiu com sequelas permanentemente com instabilidade articular no momento da redução e o movimento articular tendo redução de 80% no MJD. O paciente encontra-se de alta definitiva.

Dr. Sérgio F. F. F. F.
Fisioterapeuta
CREMIO - 4938

25/04/2013

(Nossos Endereços)

Av. Armindo Moura, 544 - Porta Larga - Jaboatão - PE - Fones: (81) 3342.9381 / 3061.2330
 Av. Copacabana, 4260 - Piedade - Jaboatão - PE - Fones: (81) 3468.8335 / 3468.4242
 Av. Jean Emile Favre, 1310 - Ipsep - Recife - PE - Fones: (81) 3037.5880 / 3472.0702
 Av. Caxangá, 3369 - Ipubinga - Recife - PE - Fones: (81) 3453.4436 / 3453.4783
 Av. Dr. José A. Moreira, 975 - Casa Caiada - Olinda - PE - Fones: (81) 3432.1059 / 3053.1917
 Av. Hsl. Pereira da Costa, 542 - Centro - Cabo - PE - Fones: (81) 3518.3076 / 3521.0570
 Rua João Pessoa, 110 - Gravatá - PE - Fone: (81) 3533.6874

SAFE SEG SERVIÇOS
 07 MAIO 2013
 CNPJ: 10.494.859/0001-58
 Inscrição Municipal: 402.069-3

Novo Responder Excluir Arquivar Livro Eletrônico

Pesquise email

Pastas

Caixa de Entrada 4

Lixeira

Respostas 1

Enviados

Excluídos 2

ADVOG - Paulo Antônio

Nova Lider - Ana Paula

Nova Lider - Beatriz

Nova Lider - Luciana

pagamentos

Prog. Pagamentos

programação de paga...

Safe - Cristiane

Safe - Marcela G.

Safe - Simone B. 1

sp advocacia

SUPORTE DA JURI 75

Nova pasta

Visualização...

Documentos

Fotos

Sincronizadas

Nova categoria

Fwd: PROGRAMAÇÃO DE PAGAMENTO 24/05/2013 - CORRIGINDO



Danielle Barros 31/05/2013

Para: TONY, ANALISE

----- Original Message -----

Subject: PROGRAMAÇÃO DE PAGAMENTO 30/05/2013

Data: Thu, 30 May 2013 09:22:41 -0300

From: Danielle Barros <danielle@safereguladora.com.br>

To: TONY <tony.hercules@hotmail.com>, ANALISE

<analise@safereguladora.com.br>

VÍTIMA: JOSE ALEXANDRE DA CONCEICAO

SINISTRO: 2013250670

SITUAÇÃO: PAGO VALOR: R\$ 2.571,25

Atenciosamente,

Danielle Barros

REGULADORA SAFE SEG

E-MAIL: danielle@safereguladora.com.br

WWW: www.safereguladora.com.br

Rua Condado, nº 77 - Vermelha

Recife/PE - Brasil - CEP 52.060-000

Fone: (51) 3354-7025

Fax: (51) 3267-9452

Conteúdo

25/09/2003

*** JOSE ALEXANDRE DA CONCEIÇÃO ***

ANEXIA DA CONHECIDA

2000

18/01/1982

AA CH 50573-1-1000 F. 2664 GAIT SAO

JOSE ALVARADO-FE 240 / 3428

LENN & DORIS

1997

03 M 02



204 Alexandre du Pont-Canac

REPUBLICAN PARTY



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal

CPF

098.492.524-48

JOSE ALEXANDRE DA CONCEICAO

18/01/1982



www.celpe.com.br

10, 04

DISQUE CALÇA - 0800 726
0101 DIVIDIO
RJA - 0800 725 7474

CAIXA ABUT
E A CAIXA EM TUDO O BRASIL.

DISQUE CAIXA - 0600 726 6101
SUPERFONIA - 0600 726 7474

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CAIXA AQUI

COMPROVANTE DE ABERTURA
CONTA POUANÇA FÁCIL

21/12/2012 14:03:15
CONVENIO: 000275500
OPERADOR: 10027550

AGÊNCIA: 3122 CONTA: 013,00012542-7
NOME: JOSE ALEXANDRE DA CONCEIÇÃO
CPF: 098.492.524-48

COD. OPERAÇÃO: 350100059

OPERAÇÃO REALIZADA COM
SUCESSO.

CAIXA AQUI
É A CAIXA EM TODO O BRASIL

DISQUE-CAIXA - 0800 726 3131
OUVIDORIA - 0800 725 7474



Nº do Processo: 0043355-24.2014.8.17.0001

Nome completo: JOSE ALEXANDRE DA CONCEIÇÃO

CPF: 098.492.524-48

Vara: CCMA

Endereço completo:

Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes

Informações do acidente

Local do acidente:

ABREU E LIMA

Data do Acidente: 08/12/2012

Avaliação

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

a) ☒ Simb) ☐ Não

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

falso les

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Acely Falela

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

a) ☐ Simb) ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporáriasb) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

Dano + limitações físicas irreparáveis e definitivas

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

a) ☐ Sim, em que prazo: _____b) ☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mas susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima.b) ☒ Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima.

INFORMAÇÕES DA VÍTIMA

b.1) ☐ **Parcial Completo** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b.2) ☒ **Parcial Incompleto** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

3ª Lesão

☐
☐

10% Residual

25% Leve

☐
☐

75% Intensa

50% Média

4ª Lesão

☐
☐

10% Residual

25% Leve

☐
☐

75% Intensa

50% Média

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Segmento
Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

João
da

☐
☐

10% Residual

25% Leve

☐
☒

75% Intensa

50% Média

2ª Lesão

☐
☐

10% Residual

25% Leve

☐
☐

75% Intensa

50% Média

Data da realização do exame médico legal:

19/3/18

Espaço para assinatura do médico legista perito

Dr. Rodrigo Castro de Medeiros
Cirurgião de Coluna
CRM-PE 14.816

Informações Complementares

no atendimento.

Dr. Eson José da Silva Miranda
CRM-PE 14.817

Tribunal: TRIBUNAL DE JUSTICA

Vara: CAPITAL / Capital - 13a Vara Cível - Secao B

Sr. Advogado, Pauta de Sentenças No 00111/2015 Pela presente, ficam as partes e seus respectivos advogados e procuradores, intimados das SENTENÇAS prolatadas nos autos dos processos abaixo relacionados: Sentença No: 2015/00173 0000 - Processo No: 0043355-24.2014.8.17.0001 Natureza da Ação: Procedimento ordinário Autor: JOSE ALEXANDRE DA CONCEICAO Advogado: PE029143 - Diego Medeiros Papariello Reu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S/A Advogado: PE022718 - **ROSTAND INACIO** dos Santos (parte final): "D E C I D O. O feito comporta julgamento antecipado, a teor do art. 330, I, do Código de Processo Civil, já que as provas colecionadas nos autos bastam para o convencimento do juízo, sendo desnecessária a realização de nova perícia médica, haja vista o laudo judicial de fls. 23, que atesta a debilidade e o respectivo grau. No mérito, consoante se vê dos autos, restou incontroverso que o autor foi vítima de acidente automobilístico, tanto que recebeu da seguradora re, a título de indenização securitária, o valor de R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). Cinge-se a lide, portanto, a verificação do alegado direito a complementação no importe de R\$ 6.918,75 (seis mil e novecentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos), tendo em vista a graduação legal da indenização securitária DPVAT. Insta destacar, de início, que o sinistro ocorreu após o advento da Lei no 11.945/2009, aplicando-se, portanto, as regras contidas no art. 3o da Lei no 6.194/74 com as modificações trazidas por aquela Lei. No que se refere a base de cálculo para definição da indenização a ser recebida pelo autor, na hipótese de invalidez permanente, reza o art. 3o, § 1o e incisos, da Lei no 6.194/74, que: "§ 1o No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatómicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatómica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatómica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, a redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. No caso vertente, a parte autora insurge-se contra o percentual aplicado pela seguradora re, afirmando que seria de R\$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais) o valor total devido, correspondente ao percentual de 70% do valor máximo da indenização, destinado a perda anatómica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores, conforme previsto na referida tabela. O laudo médico de fls. 23, no item VI, porém, conclui que o autor apresenta lesão permanente parcial incompleta do joelho direito com grau de incapacidade de 75%. Ve-se, portanto, que o laudo em questão se refere, tão-somente, a limitação parcial incompleta do joelho direito, não podendo se enquadrar no percentual total de 70% (setenta por cento), como pretende o autor, vez que aplicável apenas a hipótese de perda anatómica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores, o que não é o caso do autor. Em verdade o autor se enquadra na hipótese de perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo, cujo percentual é de 25%. Deduzindo-se a parcialidade encontrada, na margem de 75% (setenta e cinco por cento), tem-se uma indenização securitária no valor de 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). Logo, considerando que o valor recebido pelo autor está de acordo com a indenização prevista legalmente para a situação específica, não há reparos a se fazer no valor pago pela re. Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na exordial, condenando a autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios da parte contrária, ora arbitrada, nos termos do art. 20, § 4o do CPC, em 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa. A execução desta condenação fica, todavia, sujeita a comprovação, no prazo de 05 (cinco) anos, de que o pagamento poderá ser realizado pelo devedor sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, haja vista ser o autor beneficiário da justiça gratuita. P. R. I. Recife, 03 de agosto de 2015. JUIZ DE DIREITO a) Ruy Trezena Patu Junior